N.º 12—24 de Abril de 1915

A IDEIA NACIONAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

N.º 12 24 de Abril de 1915 ANNO 1.º

A IDEIA NACIONAL

REVISTA POLITICA BI-SEMANAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

SUMMARIO

EDITOR-ADMINISTRADOR: Antonio Rocha. Propriedade de Homem Christo Filho. Redacção, administração e officinas de comp. e imp. Rua de Arnellas — AVEIRO. Escriptorio em Lisboa — R. da Emenda, 30.

Escrevem n'A IDEIA NACIONAL:

Ramalho Ortigão
Conselheiro Ayres de Ornellas
Homem Christo (CARTAS DE LONGE)
Conselheiro Luiz de Magalhães
Lord Henry (PHILOSOPHIA POLITICA)
Conselheiro José de Azevedo Castello Branco
João do Amaral (O MEU DIARIO)
Conde de Sabugosa
Lourenço Cayolla (QUESTÕES COLONIAES)
Antonio Emilio d'Almeida Azevedo
Rocha Martins
Conselheiro Anselmo Vieira (QUESTÕES FINANCEIRAS)
Alberto Pinheiro Torres (QUESTÕES RELIGIOSAS)
G. Jean Aubry (QUESTÕES ESTRANGEIRAS)
Victor Falcão (NOTAS POLITICAS)
Etc., etc.

Toda a correspondencia relativa a esta Revista deve ser dirigida ao DIRECTOR.
Cada exemp. d'A IDEIA NACIONAL custa 50 reis.

REVISTA POLITICA

O decreto de amnistia

O governo do snr. general Pimenta de Castro acaba de dar mais uma prova das suas boas intenções, do seu desejo de reparar as injustiças, os erros e os crimes commettidos pelos successivos governos da Republica.

O decreto de amnistia ha dias publicado, sem que os monarchicos o pedissem nem exigissem, quer dizer, por expontanea e livre vontade do governo, redigido em termos alevantados, honra aquelles que o concederam porque não vexa os que d'elle beneficiam. E' um documento nobre e patriotico, o primeiro talvez publicado desde a proclamação da Republica, digno de ser louvado e applaudido sem reticencias por todos os bons portuguezes.

Se o mesmo espirito que anima o actual governo tivesse inspirado sempre os chefes republicanos ter-se-hiam evitado muitas desgraças, muitas lagrimas, muitos soffrimentos, as luctas politicas teriam tomado um outro aspecto, a vida do paiz não teria sido tão gravemente perturbada e não seria tão profundo o abysmo que separa hoje a republica da nação, abysmo profundissimo, incompatibilidade que já é muito tarde para se tentar reduzir.

O recente decreto de amnistia é, de resto, a condemnação do regimen e dos seus homens, pois foi preciso que se constituisse, pela força, um governo militar e dictatorial para que tal medida fosse tomada. Nenhum dos chefes politicos republicanos foi capaz de assumir a responsabilidade d'esta resolução, que no entanto de ha muito se impunha, porque a sua intolerancia e o sectarismo dos respectivos partidos lh'o não permittia. Ora haverá alguma coisa de mais

diametralmente opposto aos principios republicanos do que uma dictadura militar?

Não ha. E toda a obra do snr. Pimenta de Castro, todos os seus louvaveis esforços para restabelecer a paz na familia portugueza e reparar injustiças passadas se esvairão como fumo no dia em que este governo abandonar as cadeiras do poder para dar logar a um ministerio *constitucional*. A sua obra não passará d'uma tentativa passageira e infructifera, destinada a ruir estrondosamente logo que o digno militar e os seus collegas entreguem de novo nas mãos dos politicos a gerencia dos negocios publicos.

Os factos se encarregarão de confirmar, mais depressa talvez do que se julga, estas modestas e logicas previsões.

O regresso dos Proscriptos

O regresso á Patria dos onze proscriptos enche de alegria todos os verdadeiros patriotas. Entre elles, entre esses onze homens que o governo do snr. Bernardino Machado, de odiosa memoria, tinha excluido da amnistia de 1914, contam-se algumas das nossas figuras mais illustres e que mais gloria deram á nossa terra. Azevedo Coutinho, Paiva Couceiro, Victor Sepulveda, João de Almeida, Jorge Camacho, Souza Dias, militares distinctissimos cobertos de loiros nas nossas campanhas africanas, vão emfim regressar á sua querida Patria tão amada e pela qual tanto têm soffrido.

Homem Christo, o inimigo implacavel da demagogia republicana, o homem mais odiado d'este paiz pelo seu inflexivel espirito de justiça e pela sua extraordinaria firmeza de caracter, poderá de novo respirar o ar purissimo da sua terra natal, voltar á sua casa, admirar as suas flôres e as maravilhosas paysagens que fazem o encanto da sua alma contemplativa.

Os quatro sacerdotes que tudo sacrificaram ao bem do seu paiz e que a Republica proscreveu tambem por dez annos, vão regressar ás suas parochias para ahi desempenharem a sua divina missão.

Fez-se emfim, justiça. Sejam bemvindos os grandes portuguezes!

O snr. Machado Santos

O snr. Machado Santos é o homem mais irregular e mais incoherente, moral e intellectualmente, que tem apparecido na politica portugueza. E' verdade que só por um mero e infeliz acaso aquelle modesto comissario naval se transformou em politico e jornalista. Mas fosse como fosse, o certo é que o snr. Machado Santos discute e intervem nos negocios publicos como se logo á nascença se tivesse revelado *estadista* de raça.

O snr. Machado Santos é ao mesmo tempo intelligente e estupido, nobre e villão. Foi n'esta ultima qualidade que elle escreveu ou mandou escrever a disparatada *nota do dia* que o *Intransigente* publicou na quarta-feira passada, sobre o decreto de amnistia. Ali se sustenta que o decreto foi inopportuno porque *nem a atmosphera internacional o impunha nem se negociou diplomaticamente com aquelles que directa ou indirectamente d'elle vão beneficiar.*

De maneira que uma amnistia ou é imposta pelo extrangeiro como a de fevereiro de 1914 -- acaba de o provar esta declaração visto que foi o snr. Machado Santos quem a propoz no Parlamento, *sem restricções* e quem organisou a manifestação ao Palacio de Belem — ou então é um *negocio.*

Ahi está o aspecto estupido e villão do snr. Machado Santos. E' um phenomeno, este homem!

Mas voltaremos ao assumpto no proximo numero.

Resposta da CLAVA JORNALISTICA ao demagogo Almeida.

Ha cerca de um mez que o jornal do sr. Antonio José d'Almeida iniciou uma teimosa, pertinaz, ignobil campanha contra os monarchicos, adulterando factos, envenenando intenções, enredando, intrigando miseravelmente, no visivel intuito de fomentar a discordia entre nós, de ferir vaidades, irritar despeitos, explorar com as humanas fraquezas dos nossos mais eminentes correligionarios.

E' claro que ninguem fez caso das disparatadas mano-

bras dos redactores da folha almeidista, que só serviram para augmentar o despreso e a indignação dos monarchicos contra o desvairado tribuno jacobino que tem andado desde a queda do *provisorio*, a brincar *aos conservadores*. E nós abstivemo-nos propositadamente de tocar no assumpto, não só porque nos custava dar ao caso uma importancia que não tinha, não só porque a insignificancia do sr. Antonio José d'Almeida e a sua nenhuma influencia na opinião publica nos impediam de perder tempo a discutir os seus dislates, como ainda em attenção ás vagas virtudes pessoaes que elle possue e o distinguem dos outros bandidos que capitaneiam os diversos grupos republicanos.

Parece porém que a nossa indifferença e dos nossos collegas da imprensa monarchica foi tomada por fraqueza na gazeta do Chiado e feriu a vaidade do desastrado chefe evolucionista que foi de audacia em audacia, de insolencia em insolencia, de destempero em destempero até proferir aquellas famosas declarações do Polytheama que confirmaram a sua já notoria incapacidade politica e demonstraram a sua absoluta incompatibilidade com a grande maioria da Nação.

Os nossos distinctos collegas snrs. Moreira d'Almeida e dr. Annibal Soares que tão brilhantemente dirigem, respectivamente, *O Dia* e *O Nacional*, apreciaram e commentaram nos devidos termos as affirmações sensacionaes feitas pelo tribuno de revolta cabelleira e ôco toutiço no congresso evolucionista. Tanto bastou para que Sua Ex.ª viesse expandir nas columnas da sua indigente gazeta, em beneficio da qual dois illustres membros do partido imploraram debalde a caridade publica na memoravel sessão do Polytheama, a colera grosseira do seu peito em chammas e a bilis concentrada do seu figado enfermo.

O snr. dr. Annibal Soares, por ter tido a inverosimil ousadia de abreviar gentilmente o popularissimo nome do tribuno, foi grosseiramente injuriado por qualquer carroceiro lá da gazeta. Mas entendeu o valoroso e intangivel estadista que não bastava, para castigar a innocente *plaisanterie* do snr. Moreira d'Almeida que muito judiciosamente mandou publicar na secção de Sport do *Dia*, por se tratar

d'um *match* de aviação, o relato da festa do Polytheama, entendeu o valoroso estadista que não bastava para punir tão horrivel crime, tão insolito attentado ás suas evolucionisticas prerogativas, todo o vocabulario reles com que o snr. Eduardo de Souza tem a seu cargo brindar, nas occasiões solemnes, os adversarios recalcitrantes.

Resolveu pois o insigne esgrimista da palavra e da penna, o lealissimo combatente, ir buscar á collecção d'*O Povo de Aveiro no Exilio* elementos para atacar o snr. Moreira d'Almeida, transcrevendo periodos isolados d'uma serie de artigos em que o illustre jornalista *independente*, como o snr. Homem Christo cem vezes tem declarado para evitar justamente que se especule com as suas palavras, e não monarchico, como o snr. Antonio José d'Almeida falsamente affirma, em que o illustre jornalista que dirige aquelle jornal atacou em tempos o snr. Moreira d'Almeida por não estar de accordo com a orientação seguida pelo director d'*O Dia*.

Esses artigos, escriptos pelo snr. Homem Christo com a sua costumada violencia, o seu incontestavel talento, e, como sempre, na melhor das intenções, teem servido de pretexto á *Republica* para uma tôrpe exploração contra a qual já protestámos indignadamente n'uma carta publicada n'*O Dia* da ultima segunda-feira e que o director d'*A Republica* fingiu não ter lido, visto que tem continuado a convidar-nos para intervir no assumpto.

N'essa carta diziamos nós que se é certo ter o snr. Homem Christo atacado o snr. Moreira d'Almeida não é menos certo ter elle pelo snr. Antonio José d'Almeida *o mais profundo desprezo,* como mil vezes manifestou, *não no decorrer d'uma polemica apaixonada*, *mas em artigos successivos, durante annos successivos*, chegando até a qualificar, na sua pittoresca linguagem, o chefe evolucionista de **Pulha de Bem.**

Mais diziamos que se o *lealissimo* estadista que dirige a *Republica* persistisse em transcrever, adulterando-lhes a intenção e o sentido, trechos de artigos publicados no *Povo de Aveiro no Exilio*, tomariamos a resolução de reproduzir tambem aqui o que sobre o snr. Antonio José d'Almeida o snr. Homem Christo tem escripto.

A Republica persistiu. E nós cumprimos a promessa feita, começando hoje mesmo a execução do imprudente homem de Estado que assim quiz elle proprio buscar a lenha que o hade queimar. Pobre dr. Antonio Zé! Quando se compadecerá a divina Providencia d'essa malfadada cabeça de alhos?!...

Descance, porem. Ainda d'esta vez levaremos ao maximo grau a nossa correcção e o nosso desejo de não aggravar uma polemica que só pode ter consequencias desastrosas para si. Não ignoramos e porisso não esquecemos que o senhor é pessoalmente, fóra da maldita politica que lhe transtorna a cabeça e turba a clara visão das coisas, um homem cortez e generoso. Procurámos cuidadosamente na collecção d'*O Povo de Aveiro* o que lá podesse haver de menos offensivo, de menos humilhante para o seu orgulho e a sua dignidade de homem. O *mais brando* que encontrámos é o que ahi vae. E não iremos mais além se o senhor por sua vez tambem quizer dar prova do mesmo espirito de cavalheirismo que lhe estamos mostrando, pondo termo desde já ás transcripções que está fazendo.

Vae falar a *Clava jornalistica.* Tem a palavra o snr. Homem Christo que fica com ella reservada para a proxima sessão, a não ser que o snr. Antonio José d'Almeida considere o assumpto sufficientemente discutido. N'esse caso o snr. Homem Christo desistirá da palavra. E lembra-lhe que nunca é bom brincar com a *Clava jornalistica* o seu adversario intransigente mas leal

Fala Homem Christo

O snr. Antonio José d'Almeida é um «estupido, um borrabotas, um sapateiro das lettras, um farricôco de seita»

«Tratava-se de Antonio José d'Almeida, o do governo provisorio, julgado em Coimbra como auctor d'um violentissimo artigo contra o rei, e desde essa data, e em razão d'esse artigo, considerado o primeiro vulto da republica. Com elle ganhou as suas *esporas d'oiro*. D'elle partiu toda a sua *vida de glorias*. Por elle foi, e desde logo, *alvorada d'esperanças, madrugada de luz, aurora a despontar em céo de fogo*. Chefe de partido, deputado na primeira conjunctura, ministro certo no dia da republica. Promessa florida. Futuro ridente. Emfim, Diogenes tinha achado um homem!

. . . . »

Ha de custar a acreditar que essa miseria moral e intellectual que ahi fica fosse o alicerce da reputação d'um homem. Muito baixo deve ter descido Portugal! **Esse facto, só por si, será o assombro da Europa e do mundo, tão chocho, tão porco, tão reles, tão estupido,** eis o termo, é esse pedaço de prosa, que não se recommenda nem pela forma, nem pela ideia, nem pelo rigor da argumentação, nem pela arte do ataque, nem pelo vigor da phrase, emfim, por coisa nenhuma. **É a obra d'um borrabotas, d'um sapateiro das lettras, d'um farricôco de seita.** . . . .

. . . . »

Banditismo Politico, pag. 291 e 297.

«Ai dos monarchicos que tiverem a ingenuidade de te acreditar. A paginas tantas raspas-te, deixando-os entalados, se os não metteres na cadeia».

«Pois, senhores... fez o jogo do Ligorio! O neto da Clara do Gajo assoprou deante do perigo como uma serpente a quem houvessem trilhado o rabo. E o Almeida agachou-se, pusillanime, a tremer, descendo a praticar os actos mais indignos.

Foi elle quem demittiu, ou antes, quem forçou Weiss d'Oliveira a demittir-se! Foi elle quem supprimiu o *Povo de Aveiro!* E foi elle quem nomeou o Rodrigo Rodrigues para substituir Weiss d'Oliveira, com o encargo antecipado de praticar, como de facto praticou, toda a casta d'infamia e tropelia!

E agora queixa-se do Rodrigo Rodrigues! E agora pretende *salvar o paiz,* procurando a ajuda dos monarchicos!

Tarde piaste. Has-de salvar tanto o paiz como o salvaste n'essa occasião. E ai dos monarquicos que tiverem a ingenuidade de te acreditar. A paginas tantas raspas-te, deixando-os

entalados. Isto se os não metteres na cadeia, como fizeste em Aveiro aos melhores d'aquelles que te acompanharam.

Desenganem-se: **é um grande bando de miseraveis.** Nós conhecemos-los: é um grande bando de miseraveis.

Desertou d'aquella terra, para sempre, a intelligencia e o caracter».

(*O Povo de Aveiro no Exilio* de 22 de janeiro de 1913).

«**Grande mariola, desavergonhado, irmão do Ligorio e neto, como este... da Clara do Gajo!**»

"A discussão d'esta porcaria teve ao menos uma vantagem: **deixar exposto a toda a luz o Antonio José, em todo o seu espirito de tolerancia e de liberdade. O grande mariola!**

Amnistiava as mulheres, as creanças e os menores civis, sujeitos a castigos disciplinares. Quer dizer, *não amnistiava ninguem*, **o desavergonhado!** Ainda poderia apanhar algum corneta, se estendesse a *esmola* aos militares. Mas assim... não apanhava ninguem. **O mariola, que parece mesmo irmão do Ligorio e neto, como este... da Clara do Gajo!**

Não se faz nada. Eu já o disse: o Ligorio é a republica, a republica é o Ligorio. E n'isso está a suprema razão... **do outro neto da Clara do Gajo.** Elle não pode remar contra a demagogia. Ou se subordina a ella, ou não é nada."

(*O Povo de Aveiro no Exilio* de Fevereiro de 1913).

«**Miseravel, desgraçado idiota d'Almeida, de insondavel incapacidade e vergonhosa covardia.**»

«Gaba-se o Antonio José d'Almeida de ter andado a aquietar nos dias da revolução o povo pelas ruas de Lisboa. E exalta o povo, porque o povo obedeceu. E' certo, **miseravel.** O povo não tem culpa nenhuma. O povo foi respeitador e foi pacifico, elle tambem, e assim continuaria, ordeiro, disciplinado, bom, se essa continuasse sendo a suggestão e a propaganda dos *meneurs*. Quem o fez mau? Quem o lançou na mais espantosa desordem, na anarchia brava, no mais feroz dos fanatismos? Foi a infamia, a ambição, a vaidade, a perversidade, todos os sentimentos ruins que se aninham na alma vil do Cabrito Femea, do Ligorio e do chulo da Margarida das Flores. **E foste tu, desgraçado, tu, Antonio José d'Almeida, com a tua incapacidade insondavel e a tua vergonhosa covardia!**

Humildes, como os carbonarios, como elles e como o povo modestos, pacificos e respeitadores, surgiram nas primeiras horas os *Sempre a Andar*, os *Vae Alta* e os *Espanta Mortos*. Longe, coitaditos, muito longe, da preponderancia absorvente, do dominio exclusivo, do poder tyrannico que, depois, vieram a gosar. Quem os investiu em altas funcções governativas? Quem lhes metteu na mão a canna verde da sua realeza irrisoria? Foste tu, Ligorio! **Foste tu idiota d'Almeida, como o povo já te chama na sua linguagem tão suggestiva e pittoresca!** Foste tu, Cabrito Femea, quinta essencia da sugidade e da vileza humana!

O Povo de Aveiro no Exilio de 25 de Abril de 1913.

Philosophia Politica

POR

LORD HENRY

Aristocracias

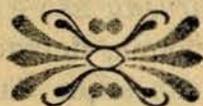
A concepção egualitaria da sociedade está tão desprestigiada, e constitue tanto um capitulo abandonado da cathegoria dos conceitos mentaes do nosso tempo, que até os proprios partidarios das ficções sociologicas revolucionarias sahidas da anarchia do seculo XVIII, até esses já não têm coragem de se defender, e antes buscam dar-lhe uma interpretação que possa prestar-lhe uma apparencia de realidade. A crescente complexidade das funcções sociaes, exigindo para seu formal exercicio e cumprimento uma cada vez maior competencia, alargando assim a esphera da divisão do trabalho, em vez de *egualar, hierarchisa*, em vez de *democratisar*, *aristocratisa*, em vez de *confundir, differencia*. A vida social de hoje caracterisa se por uma crescente differenciação baseada n'uma mais larga e mais livre concorrencia. Não era preciso que o snr. Faguet viesse dizer que as democracias, na concepção sua vulgar, corrente e geral, levariam á victoria da mediocridade e constituiriam o culto dos incompetentes. Já a Philosophia Pratica enunciára, desde ha muito, esses principios, e a corrente politica que as abstracções geniaes do conde de Gobineau geraram, o tinha affirmado. As tendencias oligarchicas nas democracias são claras de mais para que seja preciso perdermos tempo a demonstrar que sem aristocracias ou élites o progresso social é impossivel. Uma senhora das minhas relações, á volta de uma viagem pela Europa central, contava-me, uma vez, a impressão de egualitarismo que lhe deixára a contemplação e a observação do povo suisso. E nenhum facto me poderia servir melhor para a demonstração da inferioridade do principio eguali-

tario, que o espectaculo que nos dá a Suissa, É, de todos os povos europeus, o mais improgressivo, isto é, o que menos produz, e que menos cria, o que menos inicia. Não comprehendo como haja quem deseje que a Suissa sirva de typo de perfeição, ou constitua modelo de nações — a não ser para os que fazem da vida social de um povo o conceito inferior e atrazado do rotineirismo e *badauderie*. Na taboa dos valores progressivos, a Suissa não encontra logar. A sua situação internacional, situação *sui generis*, mercê do accordo das Potencias de 20 de março de 1815, em execução do art.º 6 do tratado de Paris de 30 de maio de 1814, impede-lhe qualquer aspiração de engrandecimento, e forçando-a a uma permanente immobilidade, limita a sua vida a um permanente vegetarismo. A esta situação de immobilidade externa corresponde uma immobilidade interna, donde nem Litteratura, nem Arte, nem Sciencia, nem Industria que sejam manifestações notaveis que caracterisem epochas ou povos. N'este povo em que tudo é egual — tudo é inferior e banal. Não ha n'este povo, homens de genio, conductores do mundo. A sua vida é uma mediocridade integral. Que continue ou desappareça — á vida europeia é-lhe indifferente, tão pouco repara que no centro do seu continente, alguns milhões de homens, a quem esse tratado internacional fixou limites, vivem e morrem. E' um paiz sem finalidade. Paizes sem finalidade podem convir aos mediocres. Mas quem amar o futuro da sua patria, ha-de, por força, desejar vê-lo definido, orientado em algum senti'o — e para isso ha-de desejar vêr a sua patria vivendo no condicionalismo proprio para tal. Ora a razão de ser de todo o progresso é a concorrencia. A concorrencia suppõe differenciação de competencias. Esta, evidentemente, que é possivel apenas com a hierarchia. E a hierarchia, por sua vez, suppõe *élites*, aristocracias — e subordinada a ellas, a arraia meuda, o rebanho, o toda-a-gente. O que constitue as aristocracias? Socialmente consideradas, as aristocracias não são de origem electiva nem de origem hereditaria. Ellas são de geração expontanea, surgem naturalmente, não obedecendo á voz de ninguem, instaveis e fluctuantes nos elementos em que se corporisam, ou melhor, nos elementos corporeos atravez dos quaes se manifestam, mas mantendo uma continuidade psychica, metaphysica, visivel e real. Constituem-nas os melhores elementos sociaes, os valores de uma epocha. Só entra estavelmente n'ellas quem possue condições que lhe permittam manter-se e effectuar as funcções que lhe competem. Os *parvenus*, os arrivistas rapidamente são expulsos, porque pouco tempo depois da sua ascensão artificiosa, a sua propria incompetencia, a sua propria fallencia lhes mostra o seu proprio deslocamento. Ha aristocra-

tas pelo sangue — productos de uma lenta e uniforme e finalisada educação; ha aristocratas pela riqueza — productos do trabalho alliado á intelligencia; ha aristocratas do talento — productos seleccionados da vida mental. Entre todos estes tres ramos da Aristocracia, ha um ponto de contacto, essencialmente qualitativo: todos elles são o producto dos melhores. Abstrahindo d'esse ponto commum, as funcções d'esses tres ramos da Aristocracia, differenciam-se e caracterisam-se. Se leva a erro de apreciação confundi-los, é um mal cruza-los. E para nós melhor é assistir ao desapparecimento de uma familia aristocrata (pelo sangue, pela riqueza ou pelo talento), pela esterilidade a que estão condemnados os elementos aristocraticos em si, do que vê-la dissolver-se pela mestiçagem. N'um livro admiravel de Peladan — *Les Amants de Pise* — encontro uma typica e exemplar figura de aristocrata, tal como o concebo e preconiso. Não ha aristocracia mesclada: onde ha mescla, não ha aristocracia, não ha nobreza. Porque a base moral da aristocracia, é o orgulho. A consciencia do orgulho é o elemento fundamental da nobreza. Um nobre de sangue, authentico, jámais se cruzará com um plebeu de sangue. Um nobre de talento, legitimo, jámais se cruzará com um plebeu de talento — um mediocre. Um nobre de riqueza, verdadeiro, jámais se cruzará com um plebeu de riqueza. E cada um d'estes tres exemplares da Aristocracia, para ser um aristocrata de verdade, manterá integro o orgulho do seu *rang*, e não se cruzará mesmo com os similares da esphera generica da Aristocracia, se não pelo receio do desprestigio proprio — que não teria logar — para evitar o depreciamento futuro que decorreria, duas ou tres gerações depois. Que as Aristocracias são elementos reaes na vida dos povos, demonstra-o superabundantemente o facto que todos podem constatar de que ellas constituem focos de attracção social, isto é, para ellas todos os elementos tendem, e na orbita d'ellas, todos os elementos de uma sociedade giram. O *parvenu* não é mais do que o elemento social que se destacou da massa anonyma, deixou de girar na esphera d'esta e busca girar dentro da esphera de acção da Aristocracia. Como lhe faltam as condições para se adaptar a esta, e a competencia para cumprir funcções que só esta pode desempenhar, rapidamente volta ao seu primitivo logar. Nem tem a perfeição plebeia, nem tem a perfeição nobre: é um ser intermedio, e porisso choca a homogeneidade do plebeu, e fere a homogeneidade do nobre. Terminada a villegiatura pelas espheras da Nobreza, o *parvenu*, cahindo de novo na esphera da Plebe, annula-se, perde-se, desapparece. Independentemente do *parvenu*, o plebeu tem os olhos fitos no Nobre, e, conformado com a sua situação subalterna,

dentro da qual pode ser um optimo elemento de vitalidade, de effectivação, procura modificar a rudeza dos seus sentimentos, a imperfeição dos seus actos, a mesquinhez da sua intelligencia, e os embaraços da sua inhabilidade. E' a maneira, é o unico recurso legitimo de que pode lançar mão para se *approximar* da esphera superior. A differença entre este e o *parvenu* está em que o plebeu não busca sahir fora das suas funcções naturaes, das que são compativeis com a sua competencia, esforçando-se apenas, dentro d'ellas, por ser melhor do que os outros. O *parvenu* busca cumprir missões que não lhe competem. O plebeu aristocratisa o seu plebeismo. O *parvenu* plebeisa as funcções aristocraticas.

...Mas este artigo vae longo. Ao assumpto voltaremos.

Lord Henry

Questões Coloniaes

POR

LOURENÇO CAYOLLA

O problema de Angola

VI

Quando rebentou a guerra, que está ensopando em sangue algumas das regiões mais bellas da Europa e lançando a devastação e a ruina em paizes ainda ha pouco tão florescentes e progressivos como a Belgica, esse terrivel facto, de proporções tragicas para enlutar a civilisação moderna, veiu collocar o governo portuguez nas mais embaraçosas perplexidades.

Derruia-se inesperadamente, até aos seus alicerces mais fundos, a politica internacional que haviamos adoptado nos ultimos annos. Sem que, pelo menos na apparencia, nos tivessemos afastado do que deviamos á secular alliança com a Inglaterra, por uma serie de actos de incontestavel significação, tinhamo-nos approximado cada vez mais da Allemanha e encontravamo-nos com esta em plena lua de mel. Não havia exigencia que ella formulasse que não fosse attendida e satisfeita sem demora, desejo que mal deixasse esboçar ou traduzir, que não corressemos pressurosos ao seu encontro.

Bem conheciamos nós os sentimentos que a animavam a nosso respeito e as cubiças cada dia mais agudas que sentia por algumas das partes mais ricas e de mais promettedor futuro do nosso patrimonio colonial. A esse respeito não podiamos alimentar a minima illusão. Mas, se, atravez de tudo, pretendessemos embalar-nos em sonhos optimistas, lá estavam os jornaes mais auctorisados e de mais intimas ligações com os centros officiaes de Berlim e de Vienna a avisar-nos implacavelmente que o *finis Angolæ*, como colonia portugueza, se deveria considerar es-

cripto, sem remedio nem appelação, em lettras immutaveis no livro do destino.

Como temos demonstrado por uma forma que se nos afigura irrefutavel, nada fizemos da nossa parte para contrariar as ameaças da politica de expoliação da Allemanha e antes procedemos de maneira a facilitar o mais possivel a realisação d'essa politica.

Os governos que se succederam depois da mudança das instituições, reconheceram que era morta, infelizmente morta, a força que em 1898 nos defendera d'um perigo semelhante. Desde que não quizeramos ou não souberamos empregar os unicos processos que poderiam ter salvaguardado os nossos direitos e a que detalhadamente nos referimos nas chronicas anteriores, e já não possuimos para nos amparar a analogia do regimen e os laços de amizade e parentesco entre o chefe do Estado do nosso paiz e os das nações de que mais tinhamos a recear, elementos de ordem sentimental sem duvida, mas que, mais d'uma vez tinhamos tido a prova de que não eram inuteis nem mereciam ser desprezados, estavamos antecipadamente condemnados a vêr desapparecer do mappa dos nossos dominios ultramarinos a nossa melhor colonia da Africa Occidental e uma d'aquellas em que mais fundamente conseguiramos imprimir o caracter da nossa terra.

Por outro lado era a Inglaterra a primeira a incitar-nos no sentido de proporcionarmos as maiores facilidades aos desejos da Allemanha. A gloriosa nação insular queria, atravez de todos os sacrificios, evitar ou demorar quanto possivel o temeroso conflicto que afinal se desencadeou e alimentava a esperança de que seria possivel harmonisar os seus interesses, em concorrencia com os d'aquella sua insaciavel rival. Suppunha que o mundo era bastante vasto para que as duas grandes potencias da Europa podessem, sem se chocar, dar expansão á mais larga actividade economica. E reservando para si principalmente as regiões da Africa Oriental, não se oppunha a que a Allemanha alargasse e fortalecesse a sua acção na outra costa africana. Obedecendo a esse criterio prestara-se a combinar um convenio diplomatico que era a reedição augmentada do que se celebrara quinze annos antes e que por influencia directa do Rei D. Carlos fôra posto de lado.

Os desejos pois que se manifestavam nas espheras governativas de Portugal de se proceder inteiramente de harmonia com as pretensões do imperio germanico, como o unico meio de se desfazer a atmosphera de hostilidades internacionaes que ameaçavam suffocar as novas instituições, eram apoiados e até applaudidos pela chancelaria da nossa alliada. A

Allemanha não podia deixar de se surprehender com a exagerada boa vontade que lhe manifestavamos. E como o terreno se mostrava molle não duvidou carregar para vêr até que ponto elle cederia. Pelo nosso lado não desistiamos de levar a condescendencia aos ultimos limites e assim fomos consentindo na invasão crescente dos elementos allemães nos pontos mais afastados da provincia, na propaganda feita ás claras pelos seus agentes, despidos de quaesquer reservas ou escrupulos, contra a nossa soberania, nas attitudes altaneiras e de verdadeiros senhores dos consules d'aquelle paiz, até chegarmos ao cumulo do decreto da porta aberta, que collocava por completo Angola na esphera de influencia da Allemanha e á constituição de comissões mixtas de officiaes portuguezes e de delegados da nação visinha e inimiga dos interesses que nos cumpria defender, para o estudo da rêde ferro-viaria dos territorios que, por direitos historicos e por uma occupação de seculos, integralmente nos pertenciam.

Não é facil de dizer o que os estadistas allemães pensavam no seu intimo d'uma attitude tão pouco em harmonia com as nossas conveniencias e até com o nosso proprio brio. Mas, pelas suas manifestações exteriores, tem de se reconhecer que a politica que seguimos parecia prestes a conseguir o fim que a orientava, isto é o de conseguir as boas graças do poderoso imperio, embora em seu holocausto tivessemos sacrificado o que de mais sagrado deveriamos ter defendido, fossem quaes fossem os obstaculos e perigos com que tivessemos de arrostar.

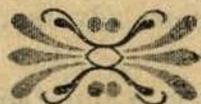
As provas ostensivas d'esse agrado traduziram-se até — pelo menos assim se fez espalhar — em palavras de elogio proferidas pelo proprio Kaiser ás qualidades de estadista d'um dos nossos homens publicos.

Estavam as cousas n'este pé quando se declarou a guerra. A Inglaterra, por um nobilissimo sentimento de lealdade aos convenios diplomaticos, collocou-se briosamente em face da Allemanha. A situação para nós tornava-se de subito excessivamente delicada. Não poderiamos mais conciliar os deveres de alliada da primeira com a politica de transigencias que vinhamos seguindo com a segunda. Mais do que nunca Portugal precisava ter á frente dos seus destinos homens de acrisolado patriotismo e de altissima envergadura intellectual capazes de se defrontarem com os melindres e a gravidade do momento. Tal porém não succedeu. A nossa má estrella quiz que á frente do ministerio se encontrasse então o snr. Bernardino Machado, que se caracterisa por uma excessiva duplicidade de caracter e que tem atravessado a vida occultando systhematicamente em palavras assucaradas os seus sentimentos mais intimos, julgando que a

todos consegue illudir e fazendo d'essa arte a melhor arma do seu arsenal de homem de governo. Poderia elle, ao menos, ter reconhecido que não era o mais proprio para o que as circumstancias exigiam e haver facilitado a constituição d'um ministerio verdadeiramente nacional, em que todos se reunissem abdicando de paixões partidarias e interesses subalternos e que, por isso mesmo, fosse a verdadeira synthese da consciencia e das aspirações do paiz. A sua ambição e a sua ancia de mandar oppuzeram-se a que enveredasse por esse caminho e a que em vez de a facilitar, contrariasse por todos os meios e tornasse inviavel essa patriotica solução. D'essa cegueira provieram-nos já tremendos desastres e outros não menos desagradaveis para os nossos interesses e até para o nosso bom nome de nação independente ainda talvez tenhamos de soffrer.

O governo, n'uma das repetidas sessões historicas para que convocou o parlamento, começou por declarar que acima de tudo tinhamos de cumprir o dever de caminharmos de accordo e de nos identificarmos por completo com a causa da Inglaterra, nossa alliada desde o seculo XIV. Semelhantes palavras não eram porém mais do que palavras e não tinham a menor realisação concreta. Com ellas conseguiamos apenas provocar a viva hostilidade da Allemanha, nossa visinha nas duas possessões de maior valia do nosso imperio ultramarino, e com a qual, de facto, não queriamos romper e antes continuarmos a manter as mais cordeaes relações. D'este modo creavamos uma situação especialissima e inteiramente nova no direito internacional. Assumiamos o papel de belligerantes, consideravamo-nos como inimigos da Allemanha e apezar d'isso mantinhamos em Berlim o ministro de Portugal e continuavamos a receber no ministerio dos extrangeiros o representante official d'aquella nação. Ninguem comprehendia, porque era impossivel de comprehender, uma semelhante attitude. Os mais insuspeitos para o actual regimen, muitos dos que mais dedicação e amor lhe tem consagrado não occultavam a sua extranheza e a um dos mais altos funccionarios do Estado, republicano dos de maior respeitabilidade, ouvimos nós classificar ironicamente de *belligerancia cordeal*, o papel que o governo resolvera que o paiz adoptasse em tão melindrosa conjunctura.

A occasião era a menos apropiada para sophismas e embustes. Desde que Portugal se julgava no dever de definir em termos absolutamente nitidos a sua orientação, não podia pretender enganar ninguem. Tinha de arcar com todas as responsabilidades do posto em que briosamente se collocava e precaver-se e precaver sobretudo os seus dominios coloniaes, mais do que nunca gravemente ameaçados, contra todas as eventualida-

des. Foi isso o que se não fez, pelo menos d'uma maneira pratica e intelligente. Com os artificios a que recorremos, com a falsa e equivoca situação que na realidade tomámos só conseguimos desagradar simultaneamente a Deus e ao Diabo e provocar a breve trecho, como prologo talvez de maiores privações, o funestissimo desastre de Naulilla. E' o que procuraremos demonstrar na proxima chronica, que deve ser a ultima em que trataremos d'este assumpto.

Questões de politica religiosa

III

Catholicismo e Democracia

c) *A questão de facto.*

Á medida que vou escrevendo estes artigos, chegam-me d'aqui e d'acolá agrestes commentarios ao que disse e exposições irritantes de doutrina bem contraria á que defendo. Não cortarei todavia, para lhes retorquir, a primitiva ordenação do meu discurso: por lealdade e por orgulho não costumo bater-me com adversarios em manifestas condições de inferioridade.

Fazer uma destrinça entre a questão de *doutrina* e a questão de *facto* quando se trata d'uma instituição social para quem os factos e os homens, o universo e a vida, são poeira revolta e desprezivel ante o Verbo immortal que a instituiu, representa um erro de logica em que eu não tombaria se não visse a imperiosa necessidade de prevê-lo — para poder desde logo destrui-lo.

A nenhum bom catholico é licito negar a irreductibilidade existente entre a constituição da Egreja Romana e a constituição dos systhemas politicos, sociaes e economicos, — republica, socialismo ou anarquia —, que realisam a ideologia democratica. Ha todavia muitos catholicos que não querem sujeitar a sua politica religiosa a um criterio anti-republicano sob o pretexto de que Leão XIII affirmou poder a Egreja acommodar-se a todas as formas de governo.

Sabendo-se como a Curia Romana, como o proprio Leão XIII, claramente e em numerosos documentos flagelou as formas de governo democratico, extranha-se que esses democratas christãos pretendam destruir, com uma phrase destacada adrêde, as conclusões politicas que dedu-

zimos da obra apostolica emprehendida pelos Pontifices no ultimo seculo. Extranha-se, desconfia-se e, attentando na phrase, facilmente se vê que ella apenas representa uma simples e formidavel affirmação d'aquella força que assiste á Egreja desde que o Seu Divino Fundador assegura que, contra ella, *non prevalerunt portae inferi!* A Egreja acommoda-se a todas as formas de governo porque o modo sobrenatural da sua geração lhe empresta uma vitalidade contra que nada podem o desvario e as rebeldias humanas. *Acommoda-se e espera*, disse alguem cujo nome me não occorre, *porque*, **sendo eterna,** *pode acommodar-se, pode esperar.*

Entretanto, esta phrase, cujo intimo sentido nenhum interprete honesto saberia corromper, pode esclarecer-se, concretizar-se da forma seguinte: — devem os catholicos acommodar-se indifferentemente á *situação* que lhes criam as diversas formas de governo? Colloque-se d'este modo a questão de facto; haverá decerto mais facilidade em resolvê-la.

Já disse, pelo menos implicitamente, qual deva ser o principio dominante de toda a politica religiosa: assegurar á Egreja o livre exercicio dos seus direitos essenciaes ou melhor, mais precisamente, fazer que o direito da Egreja entre no direito publico do estado civil. Os catholicos deverão portanto regular a sua attitude em face dos systhemas governativos pelo grau de possibilidades, de facilidades ou *de protecção* com que esses systhemas assistem á effectivação d'aquelle principio fundamental de politica religiosa. E, posto isto, será desnecessario demonstrar que a politica religiosa é sempre uma politica e que muita razão tinha M.me Juliette Adam quando dizia a respeito d'este assumpto: —*Ils m'amusent avec leur «pas de politique». Est-ce qu'on se battrait aux portes des églises, si nous avions le Roi? Et s'ils n'avaient pas leur république, les Juifs auraient-ils pu porter cette loi de Séparation?*

Na verdade tambem eu desejaria que os catholicos me dissessem se lhes é indifferente, se é indifferente para os interesses da Egreja, a manutenção do *statu quo* republicano, laico ou neutro conforme as tendencias do partido dominante, ou a restauração da Monarchia que, mesmo no periodo mais acêso do seu liberalismo, nunca deixou de professar officialmente a Religião catholica, apostolica, romana; desejaria que me dissessem se lhes pode ser indifferente a situação creada ao catholicismo por um regimen que o persegue e tyrannisa ou o abandona, na mais risonha e ideal hypothese, e um systhema politico que, no peor dos casos, lhe garantiu sempre um logar de eleição entre todos os cultos.

Mas isto seria dar á questão de facto um aspecto demasiado restricto, no espaço e no tempo. Aquelles a quem é grato esse romantico *rai-*

sonnement des si..., e que difficilmente se absteem de cavalgar o dorso macio da chiméra, accusar-me-hiam de excluir um grande numero de possibilidades, ou seja, de apreciar as relações entre a Egreja e a republica atravez d'esta curta experiencia de cinco annos. Pois bem! encaremos todas as hypotheses, joeiremos todos os *ses*, prevejamos todas as surprezas.

De principio, porém, deverão os catholicos attentar em que eu, nacionalista integral, quando accuso o regimen democratico de comprometter e combalir a vida da Nação, cuido menos de saber se elle satisfaz, n'um dado momento, as necessidades rudimentares do espirito collectivo, ou se, n'outro momento, as não satisfaz; cuido menos de conhecer os effeitos presentes, immediatos, do seu predominio, do que de descobrir aquelles organicos e intimos defeitos que o tornam *normalmente* contrario ao interesse nacional. Do mesmo modo, em vez de se perderem no labyrinto das conjecturas e de discorrerem sobre se é possivel ou não reconquistar dentro da republica as liberdades e os direitos que á Egreja pertencem, seria preferivel que os catholicos examinassem cuidadosamente a natureza do regimen democratico, tratando de vêr se, nas relações existentes entre o Estado republicano e a Egreja, pode haver aquella lealdade e, principalmente, aquella continuidade, sem a qual tudo o que foi ganho se perde d'um momento para o outro, e a vida em commum se torna um continuo sobresalto: hoje uma guerra de conquista, ámanhã uma guerra de defeza, e sempre, sempre, um desbarato inutil de energias.

Seja qual fôr a situação creada á Egreja pelos governos da republica, ella será em todos os casos uma situação instavel; a maxima liberdade e a maxima tyrannia succeder-se-hão tão fatalmente como se succedem, no usufructo do poder, os gabinetes conservadores e radicaes; e não haverá obra de piedade ou fructo de evangelisação ou producto da acção social catholica que subsista; sendo tudo edificado sobre a areia movediça do voto individual, das eleições, do parlamento, nada poderá resistir ao fluxo e defluxo de quantos impulsos perigosos soffra a nau do Estado, sem róta nem piloto. No governo da republica falta aquelle elemento coordenador e estavel que logra tornar supportaveis as proprias monarchias constitucionaes. E esse elemento coordenador — o Rei — se é absolutamente necessario para manter a continuidade da politica geral no respeitante á gestão diplomatica e guerreira, não é menos necessario para imprimir esse mesmo caracter de estabilidade á vida moral e religiosa da Nação.

Perdoem-me se levanto um falso testemunho: mas parece-me que a liberdade concedida pelo actual governo ao exercicio do culto catholico animou profundamente certas creaturas na propaganda que fazem do *ralliement*. Todavia este governo é apenas um momento na vida do regimen e, o que será peor, representa uma violenta falsificação da boa regra democratica; amanhã, mais tarde ou mais cedo, elle cahirá p'ra dar logar ao partido que a soberania popular houver por bem eleger; qual será? o affonsismo? teremos a expoliação, a tyrannia demagogica; o almeidismo, o camachismo? teremos da mesma forma a Lei da Separação, mais ou menos adoçada, mas mantida nos pontos em que fundamentalmente se combatem o interesse republicano e o interesse catholico; em qualquer d'estas duas hypotheses, todos o sabem, nem sequer persistirá o á-vontade com que hoje se fazem as manifestações externas do culto. Mas supponhamos mesmo que o governo actual resiste, por si ou por gente de sua feição, á contra-prova das urnas; que esperam os catholicos ganhar com esse facto? A liberdade do culto? E a liberdade do ensino? E a liberdade de associação?

Eu sei que ha hoje no partido catholico uma forte corrente disposta a preferir a neutralidade republicana ao regalismo monarchico. Parece-me que este conceito de politica religiosa não encontra apoio na doutrina expressa pelos Pontifices. Demos todavia de barato que a Separação da Egreja e do Estado, feita sob o criterio d'uma mutua independencia absoluta, convinha agora aos interesses do catholicismo em Portugal. Não convem, não pode convir; mas supponhamos... Haverá possibilidade de se conquistar, dentro da republica, esse regimen de separação, á sombra do qual vivessem livremente as congregações religiosas e plenamente se realisassem os direitos essenciaes da Egreja? — Eis um problema que dá campo aos galopes da mais desenfreada phantasia. Mas nem pelo facto de repugnarem ao meu positivismo estes jogos infantis de conjecturas e phantasticas hypotheses, deixarei de trata-lo no proximo artigo.

João do Amaral

Banditismo Politico

II

Rapido resumo historico dos inicios do republicanismo em Portugal, que não resultou d'uma força social ou philosophica, mas da simples influencia e imitação franceza e das conveniencias e intrigas dos bandos monarchicos. José Falcão prevê que o partido jacobino da esquerda só ha de governar com dictaduras e golpes d'Estado. As côres da bandeira republicana são as côres da federação iberica. Os republicanos portuguezes confessam que recebem dinheiro dos republicanos hespanhoes para a sua propaganda.

O republicanismo não resultou em Portugal d'uma força social ou philosophica, mas da simples influencia e imitação franceza e das conveniencias e intrigas dos bandos monarchicos. .

Em 1848 appareceu José Felix Henriques Nogueira a fazer afirmações republicanas e, com elle, Francisco Maria de Souza Brandão, Gilberto Antonio Rolla, José Elias Garcia e José Maria do Casal Ribeiro, auctor do celebre folheto *É Tarde.* José Felix Henriques Nogueira, de quem Teophilo Braga, tão facil em exaltar mediocridades e tratantes como em deprimir talentos e caracteres, dizia: «Era o homem destinado a levantar o nivel politico e moral d'este paiz», como se podesse haver um homem com poder para tanto e essa obra não fosse uma obra de todos sem o ser particularmente de ninguem, morreu. E os outros extinguiu-se-lhes a crença logo que se extinguiu... a republica em França. Só em 1868, com a queda de Izabel em Hespanha, voltaram a apparecer, timidamente, novas manifestações republicanas. Publicou-se então o *Furibundo*, o *Jornal do Povo*, e, em 1869, a *Republica Federal* e o *Republicano.* Gazetas de vida ephemera e sem a menor influencia na opinião publica. Não falando agora no folheto de Anthero do Quental: *Portugal perante a Revolução em Hespanha,* que teve algum echo pelo valor intellectual do seu auctor.

Em 1870, com a proclamação da terceira republica franceza, veio a idéa republicana a tomar novo alento. Oliveira Martins fundou a *Republica*, magistralmente redigida. Mas essa mesma sem apoio, sem leitores, pois com o n.º 14 terminou a sua publicação. Succedeu-lhe o *Pensamento Social*, que não foi mais feliz, apagando-se com a rapidez com que se tinha apagado a *Republica*. Ao mesmo tempo appareciam o *Trabalho*, a *Alvorada*, a *Luz do Povo* e a *Gazeta Democratica*.

A *Gazeta Democratica* tinha por redactor principal Guilherme Braga e por collaboradores effectivos o dr. Alexandre Braga, pae do actual bandido do mesmo nome, dr. Custodio José Vieira, dr. José Cardoso Vieira de Castro, dr. Pedro d'Amorim Vianna e outros. Sem se dizer abertamente republicana defendia, comtudo, os mais rasgados principios democraticos.

O *Trabalho*, declaradamente republicano, esse, era dirigido pelo dr. Manuel Emygdio Garcia, lente da Universidade de Coimbra, e collaborado por Fernando Chrysosthomo, Adriano Anthero e Manoel Joaquim Massa.

Todos jornaes doutrinarios. Mas tambem os havia satyricos e de combate: o *Mil Trovões*, o *Chicote dos Ladrões*, o *Archote*, o *Terror das Camarilhas*.

Nenhuma d'estas gazetas teve longa vida. E dos seus redactores, os que o não eram por *chantage* depressa se converteram á fé monarchica.

O primeiro centro republicano fundou-se em 1870, em Lisboa, e funccionou n'uma casa da Rua da Padaria, n.º 22. Que o verdadeiro club revolucionario era então o *Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas*, onde dominavam os socialistas, ao tempo muito bem organisados sob a acção intelligente de José Fontana.

Em 1871 publicou José Falcão, proclamado pelos Costas actuaes, os Menezes, os Camachos, e os Chagas *mestre* querido e venerando, o seu singular folheto: *A Communa de Paris e o Governo de Versailles*, em que se lêem estas palavras interessantes e videntes:

"Quaes são os partidos politicos em França, que buscam a solução do problema nos elementos constitutivos dos seus respectivos organismos? Podemos reduzi-los a tres; e talvez mais um quarto, que só d'um modo indirecto busca a solução do problema. Este quarto é o partido da Communa.

Os tres primeiros são o partido legitimista, ou do direito divino. O partido orleanista, ou partido das classes medias tendo por credo as garantias dos interesses materiaes, isto é a garantia do feudalismo capitalista, proprietario e industrial, contra o direito do trabalho, unica origem de toda a riqueza humana. E, finalmente, o partido Jacobino, que se vangloria de representar a democracia, e que se quer justificar no direito sobre-hu-

mano do suffragio universal; mas que só sabe governar com golpes d'estado e dictaduras; e que hoje jura por Robespierre, e amanhã pelo Cesar Napoleão; grande ou pequeno pouco importa.

O partido da Communa, isto é, a democracia socialista, só se interessa no problema politico debaixo d'um ponto de vista meramente negativo. Todos os seus esforços convergem de preferencia para a solução do problema economico.

O partido *Jacobino* tem dois ramos caracteristicos — uma *esquerda* e uma *direita*. O partido da direita ficou sepultado na lama ensanguentada de Sédan. Era o imperio. O da *esquerda* está envolvido na lama das botas do sr. Thiers. E' a esquerda republicana de Versailles, que tem pôr chefe Luis Blanc, que ficou coberto de ignominia deante da historia, desde a hora em que applaudiu em Versailles a noticia das carnificinas de Paris. Este partido, ha muito condemnado pela sciencia, revolta hoje a consciencia. É a covardia ignara.„

Tem graça! Como Deus escreve direito por linhas tortas! Este communista revolucionario veio a ser chefe em Portugal precisamente da esquerda jacobina *ha muito condemnada pela sciencia e que revoltava a consciencia!* E essa esquerda, uma vez no poder, demonstrou, de facto, que *só sabia governar com golpes d'estado e dictaduras!* Como Deus escreve direito por linhas tortas!

Em 1873, ao ser proclamada a republica hespanhola, já os nossos redemptores estavam divididos em tres grupelhos: os democratas, os republicanos moderados e os federaes. Foi este ultimo que fundou o *Centro Republicano Federal*, que teve por orgão na imprensa *O Rebate*. A vida d'esta gazeta, dirigida por Carrilho Videira e redigida por Magalhães Lima, Silva Pinto e Sergio de Castro, foi, como a de todas as outras, tão attribulada, que em 17 de dezembro de 1873 se viram os amigos do periodico coagidos a dar-lhe um beneficio no theatro do Principe Real, em Lisboa. Entre outros tomaram parte na festa Oliveira Marreca, Latino Coelho, Souza Brandão, Luciano Cordeiro, Elias Garcia, Bernardino Pinheiro e Osorio de Vasconcellos. Gomes Leal collaborou com duas poesias, *Mundo Velho* e *Tributo de Sangue,* recitadas por Silva Lisboa, que appareceu no palco acompanhado por uma creança vestida de verde e escarlate, com uma bandeira vermelha na mão direita e um numero do *Rebate* na mão esquerda.

Eram essas as cores da bandeira federal, isto é, da bandeira iberica. Este pormenor é curioso e explica a preferencia dada pela republica do 5 d'outubro ás cores verde e escarlate sobre as cores azul e branco. Como toda a gente sabe, foi Theophilo Braga o mais renhido defensor, depois do 5 d'outubro, da cor verde e escarlate. Ora Theophilo Braga foi sempre *federal*. Isto é, sempre partidario da incorporação de Portugal na Hespanha ou,—que outro nome não tem empregue elle os

sophismas que empregar, — da perda da independencia nacional. Elle e *quasi todos* os republicanos portuguezes. E por isso elle e quasi todos quebraram lanças pela cor verde e escarlate, em todo o tempo a sua cor amada, a sua cor dilecta. Em 1891, o editor do meu livro *Os acontecimentos do 31 de janeiro e a minha prisão,* sem que eu o soubesse, como, protestando, declarei logo na imprensa, illustrou a capa d'esse livro com um symbolo revolucionario envolvido na bandeira *verde e escarlate.*

Ao *Rebate* succedeu a *Egualdade,* orgão dos republicanos unitarios. Da *Egualdade* publicou-se um unico numero!

Em 29 de novembro de 1874 sahiu o primeiro numero da *Republica,* o primeiro *diario* francamente republicano, — pois nenhum dos periodicos anteriores tinha sido diario, — que se publicou em Portugal. Já existia, desde 12 d'outubro de 1873, a *Democracia.* Mas a *Democracia,* dirigida por Osorio de Vasconcellos que nunca chegou a declarar-se republicano, filiava-se ainda... na *democracia monarchica.*

Era redactor principal da *Republica* Consiglieri Pedroso. Foi seu fundador e director Carrilho Videira. Auxiliaram a fundação do jornal — confessou-o o proprio Carrilho Videira no *Almanach Republicano* — os hespanhoes Paul Angulo, assassino de Prim, Ramon Cala, Eduardo Benot, Nicolas Estevanez, Fernando Garrido, Gumersindo de la Rosa e Manuel de Lafuente. Outro pormenor interessante, pois é sabido de todos como os papeis republicanos veem agora, dia a dia, accusando os inimigos da demagogia portugueza de receberem dinheiro extrangeiro para a sua propaganda. Podemos garantir que estes ainda o não fizeram. Mas se o vierem a fazer, teem o exemplo e o precedente nos republicanos. O primeiro diario demagogico foi fundado em grande parte, como se vê, e sem rebuço, com dinheiro extrangeiro. Em 1890, Hygino de Sousa foi á Hespanha pedir dinheiro e armamento para o 31 de Janeiro. Em 1897-1898, José Sampaio, primeiro, Guerra Junqueiro, depois, estiveram no mesmo sentido, para a nova revolução que então se projectava, negociando com Salmeron, em Hespanha. Em 1909, pouco depois de Anatole France, *francez,* recommendação de grande peso em Portugal, e meio anarchista, ter sido recebido em Lisboa *com indifferença,* era recebido com enthusiasmo, festejado com um banquete e outras provas d'excepcional consideração e excepcional agrado, Blasco Ibañez, porque Blasco Ibañez, então em viagem para a America, se prestava, como *embaixador extraordinario,* a empregar esforços no sentido de obter *grossa maquia* para a revolução que mais uma vez se projectava. Era

pacto firmado entre republicanos portuguezes e republicanos hespanhoes, cathegoricamente o affirmamos, que os republicanos hespanhoes chegariam *até á intervenção armada,* se fôra necessario, para derribar a monarchia portugueza, se a republica se proclamasse primeiro em Hespanha, e que os republicanos portuguezes dariam todo o auxilio em armas e dinheiro aos republicanos hespanhoes caso a republica, como parecia provavel, fosse primeiramente proclamada em Portugal. De resto, quem ignora na Europa que a republica portugueza é um producto da maçonaria internacional? Quem ignora que chegou o escandalo e a torpe felonia, por influencias e manejos maçonicos, até ao ponto do *Foreign Office* receber em Londres, por intermedio d'um *escroc,* d'um cavalheiro d'industria, Oscar d'Araujo, dupla vergonha para a Inglaterra, uma *embaixada* republicana, a negociar, que era o facto, a queda da monarchia portugueza, tradicionalmente unida á Gran Bretanha, sem que o *Foreign Office* participasse tal visita, ou sobre ella dissesse uma palavra, ao legitimo governo da nação alliada? E ousam os miseraveis, que pelas suas necedades e vilezas, só por ellas, provocaram a hostilidade dos elementos conservadores, os miseraveis que no tempo da monarchia fizeram no extrangeiro a mais intensa campanha contra os interesses do paiz, os miseraveis que já no periodo de 68 a 70 pejavam a casa de Fernandes de los Rios e foram os agentes mais activos da intriga do embaixador hespanhol a favor da *união iberica,* ousam elles, n'um *truc* jornalistico que aliás todo o mundo percebe e todo o mundo despreza, chamar agora *traidores* aos que se revoltam contra a mais infame tyrannia, como provaremos no decurso d'este livro, que jamais existiu em Portugal!

Nota da Redacção — Por serem muito grandes os capitulos do *Banditismo Politico* vêmo-nos obrigados a dividi-los. Hoje publica-se a primeira metade do Capitulo II, no proximo numero sahirá a segunda metade.

Factos e Criticas

«O Jornal»

Não nos temos referido ao apparecimento d'este novo collega por absoluta falta de espaço. Fazêmo-lo hoje, saudando o seu director snr. Boavida Portugal e o seu redactor chefe snr. Arnaldo Pereira, jornalista distinctissimo e de alta competencia technica.

O Jornal é admiravelmente feito, explendidamente informado e independente em politica. A carta dirigida pelo director d'aquelle periodico a dois dos nossos collegas monarquicos, a proposito d'umas grosseirissimas palavras que ali escreveu o snr. Fernando Pessoa e a demissão d'este, são a confirmação da sua independencia.

Ao *Jornal* os nossos cumprimentos que, por serem tardios nem por isso são menos sinceros.

«Commercio de Vizeu»

Ha dias referimo-nos ao artigo-programma publicado pelo nosso querido e illustre amigo snr. Visconde do Banho no *Commercio de Vizeu* de que acaba de assumir a direcção. Ahi vae a transcripção d'esse magnifico pedaço de prosa:

PROGRAMMA

E' uso, n'um jornal que começa ou que enceta uma phase nova, definir a orientação politica dos seus redactores e traçar o programma da sua acção combativa; este jornal será, porem, uma excepção á praxe, pois que nada temos hoje que assentar nem definir.

O nosso programma é a nossa fé, sopro divino que nos impelle para onde o dever nos chama, sem nos dar tempo de calcular a grandeza do itinerario, nem de sentir o cansaço de étapes já percorridas, nem de mirar as sarças e as torrentes onde havemos de rasgar as carnes e de abandonar as sandalias, nem de medir a profundidade dos abysmos que é necessario transpôr.

O nosso programma é o nosso amor por esta malfadada Patria, do qual não pódem desviar-nos nem as perseguições nem os maus tratos que, em nome d'Ella, nos inflijam os que se constituiram seus tutores, para a devorarem e perderem; é esse desmedido amor, que sae mais acendrado e mais candente das profundezas dos carceres, e que o exilio depura e acrysola, dando-lhe força e ternura e dedicação desconhecidas a todas as outras paixões.

O nosso programma está gravado na orbita percorrida, que vamos recomeçar e da qual não permitte que, um ápice, nos affastemos a attracção da nossa consciencia, que é, para homens de bem, o que a gravitação é para os astros: a lei immutavel a que não buscam subtrahir-se.

Está traçado nos annaes da maior desgraça que jámais assolou esta nobre terra portugueza, na tenebrosa historia de quasi cinco annos de horrores que envergonhariam o governo dos *trinta tyrannos*, imposto pelo odio de Sparta, á republica d'Athenas; lê-se em tantos exemplos, como os que essas chronicas encerram, de patriotismo esmagado, de fidelidade opprimida, de crença religiosa perseguida e menospresada, e, simultaneamente, de enthusiasmo sempre renascido, sob os golpes do despotismo — enthusiasmo que só dão a fé e a esperança na ressureição da Patria, como n'um milagre que ha-de operar-se, sob o pendão da Monarchia, á qual a Patria deveu nascimento e viabilidade e alguns seculos de grandeza e de gloria immarcessivel.

Traçaram-no, com o seu sangue, as victimas sacrificadas á senha feroz da turbamulta demagogica, nas calçadas de Lisboa, nos campos de Chaves e em tantas, tantas terras do paiz; escreveram-no, com o suor das suas mil agonias, os presos politicos nos muros das prisões e dos carceres infectos; desenharam-no as lagrimas e as miserias de tantos exilados e banidos; entoaram-no como um cantico novo, os sacerdotes christãos, votados ao desprezo, á mendicidade e á ignominia; apprendeu-o e recita-o, sem cessar, o povo portuguez escravisado e despojado da sua religião e da sua historia — as duas ancoras que impedem os povos de naufragar.

Esse programma é aquelle em volta do qual se congregaram todas as antigas seitas, perante o qual abateram as fortes muralhas dos velhos odios politicos e das velhas dissenções; esse programma é o que troveja sobre Portugal inteiro, como no Sinai a voz de Deus, porque é a voz do povo, e encerra apenas dois paragraphos — um que glorifica o passado, outro que aponta o futuro; aquele, confiando a salvação da Patria unicamente da restauração da ordem, da liberdade e da justiça, pela Monarchia; este, impondo a todos os monarchicos a união no respeito pela bandeira, vencida, para que triumphe, e triumphante, para que se mantenha sempre radiosa e impolluta.

Esse programma cumpriremos; a elle nos subordinamos; e, de olhos fitos no azul purissimo do nosso céo, que alvos cirrus atravessam n'estes dias primaveris, seguiremos na lucta, confiados na victoria que já se pronuncia e unidos, como os thebanos do batalhão sagrado, para vencer ou para morrer de pé, pela causa santa da Patria, da liberdade e do Rei.

Visconde do Banho.

Jorge de Mendonça

Entre os eleitos para fazerem parte dos corpos gerentes do Centro Monarchico de Lisboa figura, como vogal do Conselho de Administração, o nosso correligionario e queridissimo amigo snr. Jorge de Mendonça.

Não podemos deixar de destacar, entre os muitos amigos que contamos nos corpos gerentes d'esta aggremiação, o nome do nosso valente e distinctissimo companheiro de exilio a quem estamos preso pelos laços da mais estreita amizade pessoal e politica.

Jorge de Mendonça é o typo perfeito do gentilhomem portuguez: leal e destemido, justo, generoso, dedicado até ao ponto de sacrificar a sua vida pela sua Patria, pelos seus principios, pela sua Familia, pelos seus amigos, sem uma hesitação nem um arrependimento.

A sua eleição encheu-nos de jubilo por ter sido uma justa homenagem prestada a um nobre e querido amigo, possuidor das mais altas virtudes e digno de todas as attenções.

Um grande abraço!

Organisação monarchica

Na quarta-feira reuniram os corpos gerentes do Centro Monarchico de Lisboa.

Presidiu o snr. Conde de Bertiandos, secretariado pelos snrs. Condes de Arrochella e de Seixal.

Em seguida falou o nosso illustre amigo e collaborador snr. conselheiro Ayres de Ornellas, em nome da commissão politica.

Tratados alguns assumptos de expediente o snr. presidente encerrou a sessão, reunindo depois em separado o conselho de administração, presidido pelo snr. Conde de Verride e n'outra sala a commissão politica presidida pelo snr. Ayres de Ornellas.

O snr. dr. José de Azevedo Castello Branco e D. Luiz de Castro não assistiram por estarem ausentes.

—No governo civil do Porto foi entregue um requerimento relativo á fundação do Centro Monarchico de Villa do Conde. E' presidente da commissão organisadora o snr. conselheiro Figueiredo de Faria.

—Começou a publicar-se o jornal monarchico *O Ave* de que é director o nosso illustre correligionario snr. dr. Jorge de Faria.

—Em Setubal trabalha-se activamente na organisação do Centro Monarchico d'aquella cidade. São já numerosissimas e valiosas as adhesões.

—Em Vinhaes progridem os trabalhos preparatorios da instalação do Centro Monarchico de que fazem parte as primeiras influencias eleitoraes do concelho, havendo grande enthusiasmo.

—Em Gondomar effectuou-se uma reunião que decorreu cheia de vivissima fé politica e na qual foi escolhida a commissão installadora do Centro Monarchico d'aquelle concelho, que se compõe dos nossos estimados amigos e valiosos correligionarios: dr. Joaquim Augusto da Silva Ribeiro, medico; Silvestre Gomes Cardoso, proprietario e capitalista; José de Castro Neves, proprietario; Antonio Ferraz de Moura, proprietario; Fiel Barbosa, commerciante; Ameliano Correia de Castro, proprietario e capitalista; José Alves Garrido, proprietario; Antonio Pereira Vieira, proprietario e capitalista; Manuel Alves Monteiro, proprietario.

—Em Braga reuniu a commissão installadora do Centro Monarchico, nomeando presidentes: conselheiros Macedo Chaves e Lobato Azevedo; vices-presidentes, drs. Peixoto Rego e Alberto Carlos de Menezes; secretarios, drs. Gaspar Vilhena e Nuno Freire; thesoureiro, Victor Mourão; vogaes, drs. Ayres Chaves, Albano Carcavellos, Antonio Joaquim Mourão, Abel Silva, Adriano Aragão, Narciso Ramos, Adelino Correia, Bernardo Sequeira, dr. Joaquim Magalhães, José Esteves, Apparicio Miranda, José Marques Motta, Miguel Sotto-Maior, Manuel Costa Sousa, José Faria Machado e Antonio Araujo Barbosa.

Resolveu enviar uma mensagem de saudação a El-Rei. Discursaram os snrs. visconde de Paço de Nespereira e Faria Machado. Tomou a presidencia o dr. Alberto Menezes, resolvendo-se abrir inscripção de socios.

Houve a maior animação e enthusiasmo.

— Em Vianna do Castello está organisada a commissão iniciadora do Centro Monarchico, que brevemente começará a funccionar n'esta cidade. E' assim constituida:

Presidente, dr. Augusto Vieira de Araujo; vice-presidente, dr. João de Espregueira Rocha Páris; 1.º secretario, dr. José Antonio de Mattos; 2.º secretario, Miguel de Alpoim de Agorreta Sá Coutinho; 1.º thesoureiro, Manuel Espregueira Oliveira; vogaes: Alvaro Campos, Cesar Maria Lopes, Alfredo Barbosa da Costa, Innocencio Cardiellos e Arnaldo da Costa e Silva.

— Em Villa Viçosa iniciaram-se os trabalhos para a fundação de um Centro Monarchico. A commissão é composta dos ex.mos snrs.: Joaquim José Fernandes, Carlos Afra e Silva, José de Sousa Menezes, Verissimo Antonio Lapa, Joaquim Lourenço Torrina, padre Estevão Augusto Pereira, Antonio Carlos da Silveira Menezes, padre Antonio Ribeiro, padre Ignacio da Rosa Rebello e Alexandre de Jesus Cabeças.

O problema de Angola

Teem sido muito apreciados os explendidos artigos que sobre este momentoso assumpto o nosso illustre amigo e collaborador snr. Lourenço Cayolla vem publicando n'*A Ideia Nacional.*

Esse interessantissimo estudo será provavelmente concluido no numero 14 d'esta Revista que se publica no proximo sabbado.

Transcripções

Ao nosso prezado collega *O Nacional* agradecemos o favor da transcripção do nosso ultimo artigo sobre o demagogo Antonio José d'Almeida e as palavras amaveis com que acompanhava essa transcripção.

Pinheiro Torres

Brevemente publicaremos novo artigo d'este nosso illustre amigo. O proximo artigo será sobre o romance catholico, referindo-se o auctor especialmente ao *Démon de Midi*, a celebre obra de Paul Bourget.

A Liberdade, que o snr. dr. Pinheiro Torres tão brilhantemente dirige, referia-se ha dias ao ultimo artigo aqui publicado pelo nosso distincto collega de redacção João do Amaral e promettia fundamentar a sua discordancia com alguns pontos essenciaes d'esse artigo.

Aguardamos as considerações do judicioso confrade.

Aos nossos assignantes

Temos recebido alguns recibos devolvidos com a nota de "*não paga*" — "*não paga porque não pediu a assignatura*" — *não paga porque não quer assignar*, etc. Já avisámos pelo correio essas pessoas que assim procedem, esquecendo-se de que se não pode nem deve abusar impunemente da dedicação dos jornalistas monarchicos, de que os seus nomes serão publicados n'*A Ideia Nacional* para que o publico lhes dê o qualificativo que merecem.

Não seremos cumplices da falta de caracter que tem sido e é a causa fundamental da ruina d'este povo. A cobrança de assignaturas só é feita depois de terem sido expedidos *quatro numeros* d'*A Ideia Nacional.* Quem não quer assignar tem muito tempo para devolver. Quem não devolve paga a sua assignatura. E quem não devolve nem paga prejudica gravemente os nossos interesses e falta a um dever elementar, deixando de pagar, *illicitamente*, uma divida *voluntariamente* contrahida. Não acceitamos pagamento de numeros recebidos até *á apresentação* do recibo. Só se recebem trimestres n'esta Administração. Quem não devolveu em tempo competente e depois não pagou terá o desgosto de vêr o seu nome em lettra redonda como *caloteiro.*

Ficamos n'isto.

Composto e impresso na Typographia de ANTONIO CONCEIÇÃO ROCHA — Rua de Arnellas — AVEIRO.

Banditismo politico

POR

HOMEM CHRISTO

Summario da

continuação do Capitulo II

a sahir no numero 13

d'A IDEIA NACIONAL

na proxima quarta-feira 28 do corrente

Logo na origem se dividem em tres grupelhos. — Bulhas PORCAS que os sujam e dilaceram. — Violentos ataques contra José Elias, o creador do bando republicano em Portugal. — Acção politica e caracter d'este corypheu. — Theophilo Braga divide os republicanos em republicanos-regeneradores e republicanos-progressistas e confessa que JA' NÃO HA NADA A ESPERAR D'ELLES.